

INFRA S.A.

www.infrasa.gov.br

CARTA ANUAL DE
**POLÍTICAS
PÚBLICAS E
GOVERNANÇA
CORPORATIVA
2023**

ANO BASE **2022**

infrasaoficial 

infra.oficial 

infra-oficial 

infrasa.oficial 

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2022.

CNPJ: 42.150.664/0001-87

NIRE: 53.3.0001030-7

Sede: SAUS, Quadra 01, Bloco "G", Lotes 3 e 5. Asa Sul, Brasília - DF.

CEP: 70.070-010

Tipo de estatal: Empresa Pública.

Acionista controlador: União, por meio do Tesouro Nacional.

Tipo societário: Sociedade Anônima.

Tipo de capital: Fechado.

Setor de atuação: Infraestrutura.

Diretor Financeiro ou de Relações com Investidores: Elisabeth Alves da Silva Braga, telefone (61) 2029-6111, e-mail elisabeth.braga@Infrasa.gov.br.

Auditores Independentes atuais da empresa: AudiLink Auditores & Consultores, Telefone (11) 3819 2207.

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa: Helena Mulim Venceslau, Antônio Mathias Nogueira Moreira, Claudia Tavares Fernandes, Daniela Salomão Gorayeb, Gustavo Vergilio de Paula.

Data de divulgação: 31/05/2023.

Presidência da República

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

ministério dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho
Ministro de Estado dos Transportes

Conselho de Administração

Helena Mulim Venceslau
Presidente do Conselho de Administração e Representante do Ministério dos Transportes

Antônio Mathias Nogueira Moreira
Representante do Ministério dos Transportes

Claudia Tavares Fernandes
Representante do Ministério da Fazenda

Daniela Salomão Gorayeb
Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Gustavo Vergilio de Paula
Representante dos Empregados

Diretoria Executiva

Jorge Luiz Macedo Bastos
Diretor-Presidente

Elisabeth Alves da Silva Braga
Diretora de Administração e Finanças

André Luis Ludolfo da Silva
Diretor de Empreendimentos

Cristiano Della Giustina
Diretor de Planejamento

Marcelo Vinaud Prado
Diretora de Mercado e Inovação

SUMÁRIO

- 05** MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 06** MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE
- 08** POLÍTICAS PÚBLICAS
 - 09** Como surgiu a Infra S.A.?
 - 10** A Infra S.A.
 - 11** Projetos de engenharia
 - 11** Fiscalização e parcerias
 - 12** Desenvolvimento de empreendimentos
 - 17** Gestão ambiental e territorial
 - 19** Planejamento e Logística
 - 22** Gerenciamento do DT-e
 - 22** Estudos e ferramentas de apoio à decisão
 - 22** Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas
 - 24** Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas
- 25** GOVERNANÇA CORPORATIVA
 - 26** Atividades desenvolvidas
 - 26** Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco
 - 29** Fatores de risco
 - 30** Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho
 - 30** Políticas e práticas de governança corporativa
 - 33** Descrição da composição e da remuneração da administração
 - 33** Remuneração Variável Anual - RVA

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em um momento notável, a Infra S.A. surgiu com a essência de desenvolver atividades voltadas para a coordenação, execução, controle, revisão, fiscalização e administração de obras de infraestrutura ferroviária, produção de serviços relacionados ao planejamento da logística dos transportes, estruturação de projetos de concessão de ativos à iniciativa privada e comercialização de novos produtos multimodal com ganhos em eficiência na prestação dos serviços, economia nos custos gerais e melhor gestão de forças e conhecimentos.

O ano de 2022, representou a consecução de objetivos que eram previstos para atendimento a sociedade bem como os objetivos firmados

visando o crescimento sustentável da nova empresa.

Através da Carta Anual 2022, a Infra S.A. informa quais projetos foram realizados quando dos esforços para com o interesse público. Isso está demonstrado por meio das entregas de projetos relevantes para o Setor.

Na competência de aprovar e divulgar a Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas esse Conselho de Administração dá publicidade ao documento na forma prevista na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

Helena Mulim Venceslau

Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

O ano de 2022 marca o nascimento de uma empresa sustentável e inovadora, cujo propósito é planejar, projetar e executar de forma eficiente, sustentável e inovadora a infraestrutura de transporte e logística do Brasil. Resultado da primeira incorporação da história entre empresas públicas federais, a Infra S.A. surge com o foco na eficiência do serviço público prestado.

Com o advento da incorporação, a Infra S.A. se torna uma forte empresa no setor de infraestrutura, com uma robusta carteira de projetos e empreendimentos focada na melhoria dos serviços de transporte em prol da sociedade.

A segunda etapa da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL II), que conecta as cidades baianas de Caetitê e Barreiras, alcançou 180 km de trilhos lançados em grade em agosto de 2022, tendo sido investidos cerca de R\$ 308 milhões em 2022. Com destaque no setor de logística, foram entregues 2.363 km de rodovias concedidas, 3 contratos de arrendamentos de terminais portuários e 2 terminais ferroviários assinados, além de mais de R\$ 28 bilhões de investimentos contratados somente em 2022.

Sob a missão de Contribuir para aprimorar a logística no Brasil de forma sustentável, além do avanço nos empreendimentos, há também a preocupação em recuperar a degradação causada por eles. Com isso, a Infra S.A. avançou mais uma etapa no projeto para plantar mais de 150 mil árvores nativas e reflorestar uma área de 93 hectares com a aprovação do projeto por lideranças indígenas Xavantes.

Em relação aos recursos em 2022, a Infra S.A. recebeu R\$ 492,4 milhões em recursos orçamentários, dos quais, R\$ 337,6 milhões para realização dos empreendimentos, estudos e projetos da empresa e 154,8 milhões para custeio e pessoal. A Infra S.A., também contou com receitas próprias, através de outorgas dos pátios já construídos e em operação que totalizaram, em 2022, cerca de R\$ 2,2 milhões.

Mantendo o modelo de gestão que se baseia nos pilares Tecnologia e Inovação; Receitas e Novos Negócios; Comunicação; e Sinergia, a Diretoria Executiva emitiu diretrizes que alinham a empresa aos programas ministeriais. A Infra S.A., por intermédio de sua Diretoria de Empreendimentos, está envolvida na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL II) e na fiscalização das obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO). Destaca-se, neste contexto, o trabalho desenvolvido pela Diretoria de Administração e Finanças e pela Diretoria de Empreendimentos na viabilização do investimento cruzado quanto da construção da FICO com capital privado, que por sua vez, trouxe enormes desafios administrativos e contábeis. Em outra direção, ressalta-se o trabalho desenvolvido pela Diretoria de Mercado e Inovação na crescente inserção da empresa por meio de novos produtos para o mercado. A Diretoria de Planejamento pelo apoio técnico no Planejamento Nacional de Logística do Setor e pela estruturação de projetos de concessão ao setor privado. E nos quesitos de governança da empresa visto a aderência ao Programa de Prevenção à Corrupção que já trouxe frutos e permitiu a seleção de quadros

experientes e capacitados, fortalecendo a cultura de integridade na empresa.

Com mais de 130 projetos em fase de execução em todos os modos de transportes e na área de planejamento, o foco da Infra S.A. para o ano de 2023 está na ampliação dos negócios para o planejamento do setor de infraestrutura de transportes, a estruturação de projetos para

concessão de ativos à iniciativa privada, a gestão sustentável e ambiental de projetos, a consolidação da inteligência de informações do setor, a execução de grandes obras de engenharia ferroviária, a desburocratização de operações de transportes e o fornecimento de diversos serviços para o mercado e para estados e municípios interessados em desenvolver a infraestrutura.



Jorge Bastos

Diretor-Presidente
Infra S.A.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para fins desta Carta, utilizou-se o conceito recomendado pela Controladoria-Geral da União – CGU (2021), que define políticas públicas como “quaisquer obrigações e responsabilidades que a empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem atividade econômica assumam em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado”.

COMO SURTIU A INFRA S.A.?

Com o objetivo de tornar a gestão da empresa mais eficiente e reduzir gastos públicos das estatais, surgiu a ideia de constituir uma única empresa mais robusta.

A Infra S.A. nasceu com o DNA de desenvolver atividades voltadas para a coordenação, execução, controle, revisão, fiscalização e administração de obras de infraestrutura ferroviária, produção de serviços relacionados ao planejamento da logística dos transportes, estruturação de projetos de concessão de ativos à iniciativa privada e comercialização de novos produtos multimodal com ganhos em eficiência na prestação dos serviços, economia nos custos gerais e melhor gestão de forças e conhecimentos.

A concretização da incorporação ocorreu em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2022, quando a União votou pela aprovação da incorporação da EPL pela VALEC, com o aumento do capital social da VALEC no valor correspondente ao patrimônio líquido da EPL, sem emissão de novas ações, nos termos do parágrafo 2º do artigo 227 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

A junção das estatais trouxe desafios que seguem em fase de tratamento. Os processos internos com relação aos atos de gestão praticados na empresa, avaliação da aderência da prestação de contas junto aos órgãos de controle, conformidade legal dos atos administrativos, processo de elaboração de informações contábeis e financeiras, ajustes no quadro de pessoal e atingimento dos objetivos operacionais tem sido tratado de forma pontual, vertiginosa e legítima.

Com relação aos projetos, os desafios da Infra S.A. encontram-se em seu Plano de Negócios. Sob a coordenação do Ministério dos Transportes em tratativas com a Casa Civil e a equipe do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), a Infra S.A. terá papel primordial na execução de projetos previstos no Plano Nacional de Investimentos em Infraestrutura. O resultado esperado será o desenvolvimento socioeconômico do país, com o aprimoramento do ambiente de negócios para atração de investimentos, o aumento competitividade das empresas, a geração de empregos e o aumento da eficiência e dos níveis de sustentabilidade no Setor.

A INFRA S.A.

A Infra S.A. atua como principal catalisador da infraestrutura logística nacional, responsável por projetos em grande parte do País, como a construção da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Leste-Oeste, além de projetos como o Corredor Ferroviário de Santa Catarina – EF 280, Ferrovia do Pantanal – EF 267 e Ferrovia Integração Centro-Oeste – EF 354.

A atuação da Infra S.A. também está conectada às políticas públicas implementadas pelo seu Ministério supervisor, dentre as quais destaca-se a busca pelo reequilíbrio e racionalidade da matriz logística nacional.

A materialização desta política pública ocorre com a preponderância do transporte ferroviário em relação aos demais modais, visto que o transporte em escalas maiores permite custos menores, o que beneficia sobretudo o escoamento de produtos agrícolas, biocombustíveis e produtos minerais, commodities que recorrentemente colocam o Brasil em destaque nos mercados internacionais.

Assim, a diretriz apresentada na Política Pública do Ministério, a clareza de seus objetivos, permitiram a consolidação de importantes resultados no ano de 2022, como o crescimento de 17,42% no armazenamento de cargas nos pátios outorgados. Além desses indicadores positivos, três importantes ações para estruturação do setor ferroviário são acompanhadas continuamente pela Infra S.A.:

- O acompanhamento dos contratos de subconcessão do tramo norte, central e sul da FNS, que avista soluções dos passivos

PROJETOS DE ENGENHARIA

A Infra S.A. atua com notoriedade na área de normativos técnicos, especificações e projetos tipos de engenharia ferroviária, sendo a referên-

cia nacional para o setor. No presente ano estão sendo revisados e atualizados diversos normativos técnicos com a colaboração da Associação

judiciais, de desapropriações e obrigações de fazer, que contratualmente estão à cargo das Subconcessionárias;

- O acompanhamento do contrato de subconcessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste 1, cujo objeto trata da conclusão das obras e início das operações de transporte ferroviário no trecho de 537 quilômetros, ligando Caetité-BA a Ilhéus-BA e vocacionado especialmente para a locomobilidade de granéis minerais;
- Equacionamento de entraves jurídicos e regulatórios relacionados à participação societária da Infra S.A. na Transnordestina S.A., o que permitirá a retomada das obras que iniciam na região central do Piauí e terminam nos portos de Pecém-CE, agora com a garantias e eficiência demandadas pelo sistema de compliance setorial para o empreendimento; e
- Realização de atividades alinhadas às políticas e aos planos do Governo Federal que contribuíram para o desenvolvimento da infraestrutura logística de transportes, de planejamento de infraestrutura de transportes (PNL 2035), licenciamento ambiental (BR-282/SC (Entr. BR-153 – Entr. BR-480) BR-386/RS (Carazinho/RS – Canoas/RS), estruturação e modelagem de projetos para concessão e de estudos (BR-116/101/SP/RJ (Dutra), BR-381/262/MG/ES, BR-116/493/RJ/MG (CRT), BR-040/495/MG/RJ (Concer), Rodovias Integradas do Paraná) e otimização de ferramentas de apoio à decisão (ONTL).

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No âmbito de projetos e orçamentos destinados à execução de obras públicas e parcerias, destaca-se os trabalhos inerentes à FIOLE e FNS. Para o

FISCALIZAÇÃO E PARCERIAS

Transnordestina Logística S.A. – TLSA

A Transnordestina Logística S.A. é a concessionária responsável pela construção e exploração da ferrovia Nova Transnordestina (Malha II), sendo que o projeto prevê que, após conclusão, a ferrovia terá a extensão total de 1.209 km, passando pelos Estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, sendo constituída pelos trechos: Eliseu Martins/PI – Trindade/PE; Trindade/PE – Salgueiro/PE; Salgueiro/PE – Missão Velha/CE; Missão Velha/CE – Porto de Pecém/CE. A TLSA é uma empresa privada, controlada pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, que detém 48,03% de participação acionária, e tem como demais acionistas minoritários: a Infra S.A. com 36,46%, Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, com 2,76%; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com 6,04%; BNDES Participações S.A. – BNDES PAR, com 5,03%; e Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, com 1,64%.

A participação da Infra S.A. ocorreu por aporte de R\$ 1.124,6 milhões, tendo amparo legal para participação por meio da Lei nº 11.772/2008.

Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE)

A Infra S.A. é acionista, detendo, atualmente, 0,028% de suas ações totais. A FERROESTE é uma sociedade anônima, de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, que detém 99,69% de participação acionária. Ressaltando

ano de 2023 estão previstas as finalizações das análises dos projetos básicos da FIOLE III, revisões e análises dos projetos da FIOLE II, em fase de obras, além de análises dos projetos de terminais e de tratativas ambientais da FNS.

Informa-se que foram implantados os seguintes projetos com vistas ao tratamento das questões relativas à Ferrovia Transnordestina:

- Realização de tratativas junto ao Ministério supervisor para concretização dos cenários alternativos para continuidade do empreendimento levantados em estudos realizados pela Consultoria McKinsey;
- Implantação de procedimentos estabelecidos no Manual de Procedimentos em Participações Societárias; e
- Atuação ativa da Infra S.A. nas tratativas para liberação dos aportes públicos no empreendimento que até 2022 estavam suspensos pelo Tribunal de Contas da União.

No caso da liberação dos aportes públicos pelo Tribunal de Contas da União no empreendimento consignada no Acórdão nº 1708/2022, a Corte de Contas excetuou a então Infra S.A..

que em acordo com a Política de Participações Societárias da empresa, a Infra S.A. não realiza controle e monitoramento constante e efetivo para participações inferiores a 1%.

Outorga de Uso de Pátios

A Infra S.A. também explora e fomenta o transporte ferroviário por meio de terminais de armazenamento e transbordo de cargas. Outorga, por diversos meios contratuais, e Pátios de Integração Multimodal. No ano de 2022, a Infra S.A., realizou as seguintes entregas:

- Leilão do Terminal de líquidos Santa Helena realizado em setembro/22;
- Realização do processo de Consulta Pública do Terminal de containers Santa Helena;
- Leilão do Terminal de grãos Porto Franco realizado em setembro/22;
- Estudo do Terminal de Líquidos Araguaína pela Credenciada SYFER; e
- Estudo do Terminal de líquidos Anápolis pela Credenciada LOGIT.

DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS

Ferrovias Norte-Sul (FNS / EF 151)

Art. 5º O caput do art. 8º da Lei nº 11.297, de 9 de maio de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 8º A construção, uso e gozo da EF-151, denominada Ferrovias Norte-Sul, de titularidade da Valec. - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., dar-se-ão no trecho ferroviário que liga os Municípios de Belém, no Estado do Pará, e Panorama, no Estado de São Paulo.”

A FNS se constitui como eixo estruturador do Sistema Ferroviário Nacional: estabelecendo alternativas mais econômicas para os fluxos de carga para o mercado consumidor; induzindo a ocupação econômica do cerrado brasileiro; favorecendo a multimodalidade de transportes; conectando a malha ferroviária brasileira; promovendo uma logística exportadora competitiva, de modo a possibilitar o acesso a portos de grande capacidade; incentivando investimentos, que irão incrementar a produção, induzir processos produtivos modernos e promover a industrialização.

A outorga estabelecendo o direito de construção, uso e gozo da FNS EF – 151 se deu inicialmente por meio do Decreto nº 94.813, de 01º de setembro de 1987, posteriormente alterado pelas Leis nº 11.297, de 09 de maio de 2006, e nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.

Em virtude de sua extensão e da disponibilidade orçamentária, a construção da FNS foi realizada

em etapas que constituem os seguintes trechos/tramos: Tramo Norte: Açailândia/MA – Porto Nacional/TO; Tramo Central: Porto Nacional/TO – Anápolis/GO; e Tramo Sul (Extensão Sul): Ouro Verde/GO – Estrela d'Oeste/SP.

O trecho entre Açailândia/MA e Porto Nacional/TO possui 720 km de extensão e encontra-se subconcedido à Ferrovias Norte Sul S.A desde dezembro de 2007. Esse trecho teve sua autorização para tráfego em 19 de janeiro de 2011, por meio da Resolução nº 3624/2011 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

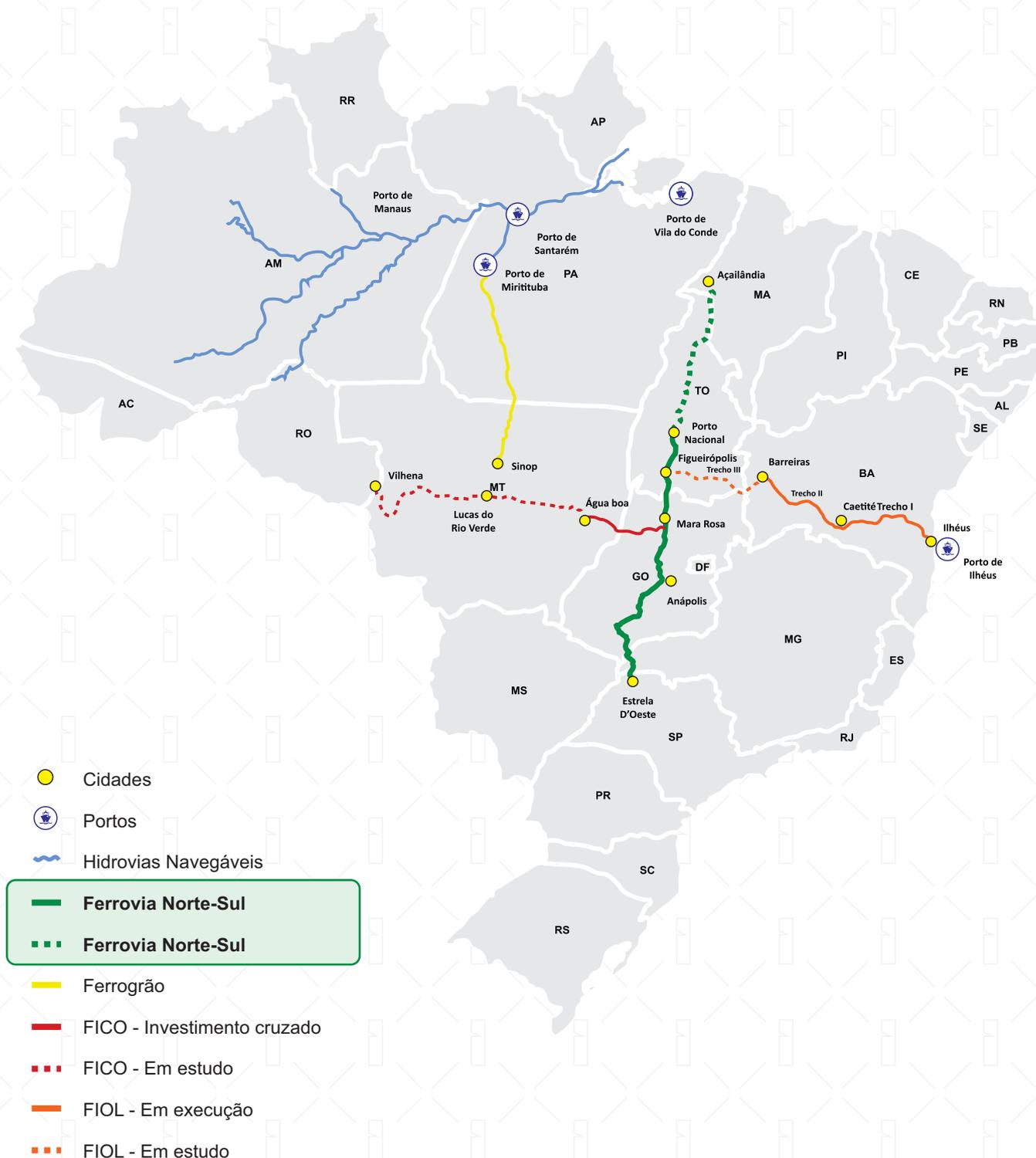
Com um total de 1.537 km, o trecho que compreende Porto Nacional/TO a Estrela d'Oeste/SP foi leilado para Subconcessão em 28 de março de 2019. Em 30 de abril de 2019, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT homologou o resultado do leilão, no qual consagrou-se vencedora a empresa Rumo, tendo o contrato sido assinado em 31 de julho de 2019 pela, Rumo Malha Central S.A. (SPE criada para gerir o

contrato de Subconcessão), por intermédio da ANTT, tendo como Concessionária e Interviente Subconcedente a Infra S.A.

O contrato de subconcessão tem por objeto a

prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas, associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária situada entre Porto Nacional/TO e Estrela d'Oeste/SP, com vigência de 30 (trinta) anos.

Ferrovias Norte-Sul



Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL / EF 334)

Art. 6º Ficam outorgados à Valec. - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. a construção, uso e gozo das seguintes ferrovias: I - EF-267; II - EF-334; e III - EF-354.

Com aproximadamente 1.527 km de extensão, a FIOL ligará o futuro porto de Ilhéus/BA a Figueirópolis/TO, ponto em que se conectará com a Ferrovia Norte Sul - FNS.

A construção da FIOL tem como objetivos: estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade de transportes; interligar a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração por meio do terminal portuário de Ilhéus/BA; e incentivar investimentos a fim de incrementar a produção e induzir processos produtivos modernos.

Devido à sua extensão e disponibilidade orçamentária, a FIOL está sendo construída em etapas que constituem os seguintes trechos: FIOL I: Ilhéus/BA – Caetité/BA; FIOL II: Caetité/BA – Barreiras/BA e FIOL III: Barreiras/BA – Figueirópolis/TO.

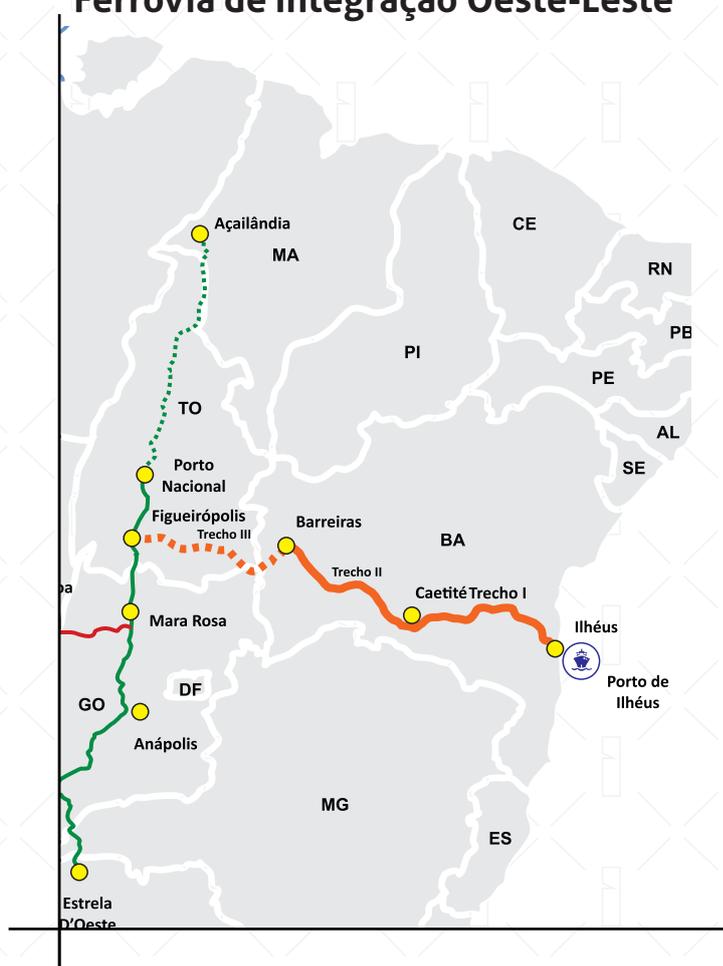
Com um total de 537 km de extensão, trecho ferroviário entre os municípios de Ilhéus/BA a Caetité/BA, denominado FIOL I foi leiloadado para Subconcessão em abril de 2021, conforme o Edital de Concorrência Internacional nº 01/2020. Em agosto de 2021, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT homologou o resultado do leilão, no qual consagrou-se vencedora a empresa Bahia Mineradora S.A., do grupo ERG (Eurasian Resources Group) e o contrato foi assinado em 03 de setembro de 2021, por intermédio da ANTT, tendo como Concessionária e Interveniente Subconcedente a Infra S.A. O contrato de subconcessão tem por objeto: “Subconcessão para a construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, nos termos, prazos e condições estabelecidos neste

Contrato e em seus Anexos, e na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, bem como pela legislação e regulamentação aplicável”.

No trecho da FIOL II (Caetité/BA – Barreiras/BA), com a efetivação do investimento cruzado com a VALE, a chegada dos trilhos (cerca de 57.000 toneladas) e dormentes de concreto (32.000 unidades) ocorreu em 2021 e a execução dos serviços foi realizada ao longo de 2022.

Foi registrado um avanço físico (até outubro/22) de 5,16% com acumulado de 57,66% (até outubro/22), foram investidos cerca de R\$ 254,6 milhões nos contratos de obra e R\$ 20,2 milhões nos demais contratos de apoio a obra, totalizando cerca de R\$ 274,8 milhões em investimento.

Ferrovia de Integração Oeste-Leste



Ferrovia Transcontinental e Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO / EF 354)

Art. 6º Ficam outorgados à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. a construção, uso e gozo das seguintes ferrovias: I - EF-267; II - EF-334; e III - EF-354

Foi iniciada a construção da FICO, pelo modelo amparado pela Lei nº 13448/2017, na qual a concessionária da Estrada de Ferro Vitória Minas-EFVM, empresa Vale, será responsável por realizar investimentos na construção de 383 km de ferrovias, dando início ao primeiro investimento cruzado no Brasil, além disso, o investimento em contrapartida à renovação antecipada da concessão da EFVM viabilizou o fornecimento de trilhos para continuidade das obras da FICOL.

A outorga à Infra S.A., estabelecendo o direito de construção, uso e gozo da EF – 354, se deu por meio da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, sendo incluída no Plano Nacional de Viação com 4.400 km de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açu, no litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança/AC, na fronteira Brasil-Peru, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru, a qual é denominada Ferrovia Transcontinental.

Dentre as principais funções da FICO, está a de estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de cargas de longa distância, potencialmente transportáveis pelo modo ferroviário, a exemplo das cargas de baixo valor agregado, como minérios e granéis sólidos, produzidos ao longo da região de influência da ferrovia. Visa ainda reduzir a dependência do modo rodoviário, incentivando a multimodalidade e melhorando a logística de transporte, tanto para o escoamento da produção ao mercado consumidor quanto para importação de insumos, interligando a malha ferroviária brasileira aos principais portos de grande capacidade.

Desta forma será possível proporcionar a redução dos valores de frete e, conseqüentemente, a dos custos de comercialização no mercado interno, com acentuado reflexo também na exportação, aumentando a competitividade dos

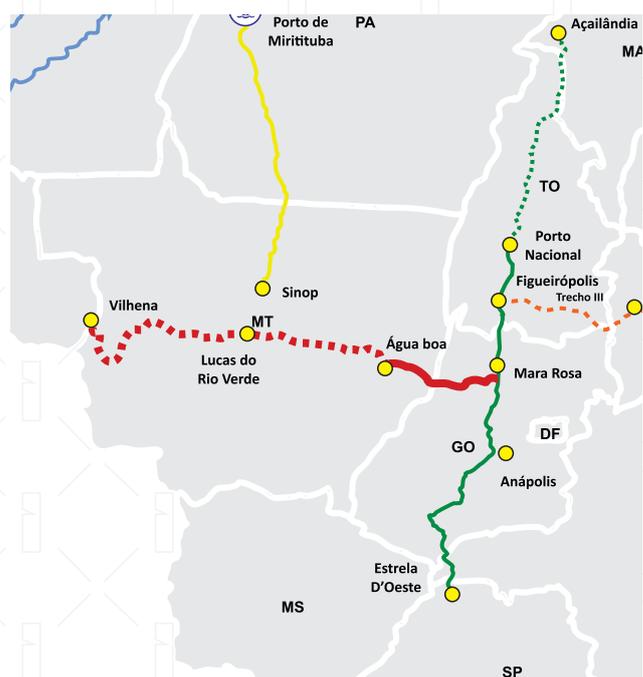
produtos brasileiros, gerando melhoria no desempenho econômico de toda a malha ferroviária.

Com relação à desapropriação da FICO, até o dia 15 de novembro de 2022, foram realizados 148 processos, que correspondem a 81,04 km de extensão, com o montante total de desembolso de R\$ 15.745.348,78.

A Vale apresentou à Infra S.A. a quantidade de 65 Contratos Tripartites até o momento, sendo 54 contratos assinados que encontram-se em plena execução e que somados chegam a um montante de R\$ 1.181.771.554,99. Deste valor, R\$ 509.297.561,20 já foram medidos.

A execução física do Lote 1 da FICO (km 0 ao km 30), onde estão concentradas as atividades de obra, está com avanço acumulado de 8,16% em outubro de 2022, segundo sumário executivo apresentado pela Vale.

Ferrovia Transcontinental



Investimento Cruzado

A Lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017 trouxe, como inovação no ordenamento jurídico, a possibilidade de realização de investimentos em malhas ferroviárias distintas como contrapartida às prorrogações de contratos de concessão.

A lei estabelece que o órgão ou a entidade competente é autorizada a promover alterações nos contratos de parceria no setor ferroviário a fim de solucionar questões operacionais e logísticas, inclusive por meio de prorrogações ou relicitações da totalidade ou de parte dos empreendimentos contratados.

Permite, ainda, ao órgão ou a entidade competente, de comum acordo com os contratados, buscar soluções para todo o sistema e adotar medidas diferenciadas por contrato ou por trecho ferroviário que considerem a reconfiguração de malhas, admitida a previsão de investimentos pelos contratados em malha própria ou naquelas de interesse da administração pública.

Esse dispositivo passou a ser chamado de 'Investimento Cruzado', pelo qual é possibilitada a ampliação da malha e da capacidade do subsistema ferroviário, sem que haja uma obrigação direta da União em aportar recursos.

Fundamentado na Lei nº 13.448/2017, o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas, concedida à VALE S/A, prevê a renovação antecipada de outorga e descreve, no Anexo 9, termos que disciplinam as condições de realização das Obrigações de Investimento assumidas pela Concessionária em projetos de titularidade da Infra S.A. conforme a Lei nº 11.772/2008, envolvendo:

- A implantação da infraestrutura e superestrutura ferroviária de Trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), EF-354, compreendido entre os municípios de Água Boa/MT e Mara Rosa/GO;

- A aquisição de Trilhos e Dormentes a serem incorporados no Projeto de infraestrutura da Ferrovia Integração Oeste Leste (FIOL), EF – 334; e
- Enquadramento do projeto FICO e FIOL no Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da infraestrutura (REIDI).

No âmbito do Anexo 9 do Terceiro Termo Aditivo, assinado em 18 de dezembro de 2020, a Infra S.A., na figura de Interveniente Anuente e titular dos Projetos de infraestrutura da FICO e da FIOL, comprometeu-se a requerer os enquadramentos dos Projetos junto ao Ministério da Infraestrutura, bem como as suas habilitações no regime do REIDI, regulado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A habilitação da Infra S.A. no regime do REIDI para os Projetos FICO e FIOL foi realizada em 21 de junho de 2021, por meio dos Atos Declaratórios nº 107 e 108 da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial da União em 24 de junho de 2021.

A Infra S.A. comprometeu-se, ainda, a participar dos contratos, aditivos contratuais e demais documentos competentes previstos na legislação do REIDI, inclusive na posição de destinatária das obras de Infra estrutura, dos trilhos e dormentes, com o fim único e exclusivo de expressar nesses instrumentos a sua concordância com a aquisição das obras de infraestrutura pelo Projeto de infraestrutura da FICO e dos Trilhos e Dormentes pelo Projeto de infraestrutura da FIOL elegíveis ao REIDI e de restar como beneficiária das garantias contratuais perante os fornecedores dos Trilhos e Dormentes.

GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

Licenciamento Ambiental: Obtenção e Manutenção de Licenças

Em 2022, atuamos na obtenção e manutenção das seguintes licenças ambientais:

Licenciamento ambiental	Status
FICO 1 (Mara Rosa/GO - Água Boa/MT)	Cumprimento de condicionantes de responsabilidade da Infra S.A. conforme da Licença de Instalação 1364/2020, em conformidade com o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão EFVM (Anexo 9);
FICO (Água Boa/MT – Vilhena/RO)	Atendimento das condicionantes da Licença Prévia nº 493/2014
FIOL 2 (Caetité/BA – São Desidério/BA)	Manutenção da Licença de Instalação 1200/2018 - 1ª Renovação – 7ª Retificação – 2
BR 262/381/ES/MG	Manutenção da LP 693/2020
BR 040 DF/GO/MG	Manutenção da LI nº 1121/2016
BR 116 MG	Manutenção da LP 645/2020

Estruturação da Agenda de Sustentabilidade

Ações realizadas
Plano de Logística Sustentável – PLS
Agenda Ambiental da Administração Pública – A3
Pinventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelo método do Programa Brasileiro GHG Protocol

Ações de Desapropriação e Gestão Fundiária

Ações realizadas
Renovação da Declaração de Utilidade Pública da FIOL II e III
Desapropriação remanescente na Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL II
Desapropriação na Ferrovia de Integração Centro-Oeste – FICO
Regularização de passivos de desapropriação na Ferrovia Norte-Sul – FNS
Gestão fundiária e atualização de sistemas gerenciais
Elaboração de pedido de Declaração de Utilidade Pública para entidade autorizatória

Transformação Digital

Está em curso um processo de transformação digital e de logística da empresa por meio da utilização de inteligência artificial, Business Intelligence (BI), BIM (Building Information Modelling), GIS (Geographic Information System), aperfeiçoamento da transparência e

acessibilidades de informações das obras e ativos sob a gestão da Infra S.A. de modo a contribuir com um melhor entendimento sobre os custos e volume de carga da matriz ferroviária. Nesse cenário, destaca-se que o Manual Ferroviário BIM já encontra-se pronto.

Operações Sustentáveis

No âmbito da gestão socioambiental, destacam-se as ações para garantia do licenciamento ambiental dos empreendimentos e inserção da Infra S.A. na realidade dos títulos verdes e demais certificações ambientais, tão em voga tanto no mercado privado, como no ambiente público.

A Infra S.A. elaborou seu Guia de Contratações Públicas Sustentáveis com o objetivo de facilitar a implementação de critérios e práticas de sustentabilidade na contratação pública.

Foi elaborado o Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelo método do Programa Brasileiro GHG Protocol, o que conferiu à Infra S.A. dois Selos Ambientais. A empresa também recebeu o Selo A3P pelo cumprimento das ações previstas na Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Ainda, os indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS) mostram bons resultados no aspecto de sustentabilidade socioambiental.

Por meio das equipes de meio ambiente e com o auxílio da execução de contratos foi assegurada a retomada dos estudos espeleológicos e arqueológicos, bem como o retorno da execução do PBA – Plano Básico Ambiental, instrumento indispensável para desenvolvimento dos trabalhos com segurança e respeito ao meio ambiente. Ações como atualização de inventariança com uso de Geosistemas para concessão da FIOL I, bem como a consolidação do Sistema de Monitoramento da FICO em BIM+GIS foram reconhecidas em ocasiões de relevância neste

cenário a nível nacional, resultando na publicação de artigo sobre o uso de Aplicativos Móveis de Geoprocessamento para Coleta Dados dos Aspectos Ambientais da Via no congresso da ANTF 2021, bem como menção no importante evento EUESRI 2021, que congrega diversos especialistas no tema.

Oportuno destacar o esforço que a Infra S.A. nas atividades de preservação do meio ambiente e do foco na sustentabilidade de suas ações empresariais, sempre pautadas pelos princípios maiores de responsabilidade social. Dessa forma, a Infra S.A. empreendeu diversas ações socioambientais e de sustentabilidade, visando tanto retomar tratativas, estudos e projetos estratégicos, tanto para a FIOL e a FICO, quanto para a empresa como um todo.

Da execução de suas premissas nas esferas da desapropriação, meio ambiente, sustentabilidade e inteligência geográfica foram alcançados resultados em várias frentes. Isso se reflete na manutenção e renovação de licenciamento ambiental e na desapropriação de áreas para execução das obras da FIOL e da FICO, ambas baseadas na aplicação do que há de mais avançado em inteligência geográfica e de negócios na administração pública, bem como na definição de normativos, políticas, projetos e outros instrumentos para lastrear tais ações.

No âmbito social, destacam-se ações voltadas às populações tradicionais e/ou vulneráveis ao longo dos empreendimentos como a elaboração do pré-projeto de reassentamento de São Félix

do Coribe; e a edição de Instrução Normativa de apoio socioambiental aos impactados pela desapropriação da FICO.

Ainda nesse aspecto, cabe destacar medidas que trouxeram maior segurança e agilidade, sem renunciar a um procedimento empático e humanizado, nas desapropriações. Foi estabelecido o modelo fast track de desapropriação, bem como definidas as novas alçadas de competência para pagamento de indenizações, tudo isto baseado em instituições técnicas importantes, como as comissões de desapropriações e a revisão de

todos os Relatórios Genéricos de Valores (RGV).

Destaque especial merece os trabalhos da Ferrovia FICO pois os números traduzem esse potencial, já que estamos falando de mais de 200 laudos de desapropriação analisados e a tão necessária negociação presencial com os expropriados, obtendo cerca de 40% de desapropriações amigáveis e autorizações para obras, garantindo a desapropriação dos 30 km iniciais da FICO e o início deste processo entre os km 80 e 132 do empreendimento.

PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA

A Infra S.A. em 2022 realizou entregas relevantes para a infraestrutura nacional em diversos

modais de transporte (rodoviário, ferroviário, portuário e aeroviário)

Projetos Rodoviários

Quanto ao modal rodoviário a Infra S.A. estudou e estruturou as seguintes rodovias:

BR-101/116/RJ/SP

BR-163/230/MT/PA

BR-153/080/414/TO/GO

BR-381/262/MG/ES

BR-116/493/RJ/MG

BR-040/495/MG/RJ

BR-163/MSBR-060/153/262/DF/GO/MG

BR-040/DF/GO/MG

BR-262/MG

BR-153/MG/GO

Rio Valadares - BR-116/465/493/MG/RJ

Monitorações da BR-040 e BR-163/MS

Rodovia da vida - BR-381/MG

BR-135/316/MA

ECO101

Ecosul

Rodovias Catarinenses

Rodovias Integradas do Paraná - Lotes 1 a 6

Rio-BH

Rota do Zebu

Rota dos Cristais

Rota Sertaneja

Rota do Pequi

Via Bahia

Rota do Pantanal

Rota do Tuiuiu

Autopista Fluminense

Rota do Oeste

Rodovia do Aço

Projetos Ferroviários

Em ferrovias, a Infra S.A. desenvolveu estudos referentes à prorrogação antecipada da ferrovia Rumo Malha Sul. Além desses, atuou no estudo

de viabilidade da implantação da ferrovia FICO/FIOL e na elaboração do projeto básico da Ferrogrão (EF-170).

Projetos Portuários

Em projetos portuários, a Infra S.A. efetuou os seguintes estudos:

STS11 - Arrendamento Portuário de Santos

SUA07 - Arrendamento Portuário de Suape

STS08 - Arrendamento Portuário de Santos

PAR32 - Arrendamento Portuário de Paranaguá

MAC11 - Arrendamento Portuário de Maceió

MAC11A - Arrendamento Portuário de Maceió

MAC12 - Arrendamento Portuário de Maceió

PAR50 - Arrendamento Portuário de Paranaguá

VDC10/VDC10A - Arrendamento Portuário de Vila do Conde

MUC59 - Arrendamento Portuário de Mucuripe

STS10 - Arrendamento Portuário de Santos

STS53 - Arrendamento Portuário de Santos

PAR09 - Arrendamento Portuário de Paranaguá

PAR14 - Arrendamento Portuário de Paranaguá

PAR15 - Arrendamento Portuário de Paranaguá

Concessão do Porto de Itajaí

ITG02 - Arrendamento Portuário de Itaguaí

ITG02 - Arrendamento Portuário de Itaguaí

PAR03 - Arrendamento Portuário de Paranaguá

Concessão da hidrovía de Lagoa Mirim

Concessão do Canal de Acesso de Paranaguá

Plano Estadual de Logística e Transportes - Rondônia

Mucuripe (MUC01-Rev2)

Areia Branca (TERSAB-Rev3)

Maceió (MAC13-Rev2)

Projetos Aeroviários

Neste exercício, a Infra S.A. avançou com seu objetivo estratégico de diversificação do portfólio de projetos, iniciando os estudos em projetos aeroviários. Assim, vinha realizando estruturação da 1ª rodada de Parcerias Público Privadas - PPPs, com o bloco dos aeroportos do Amazonas, quais sejam: Aeroporto de Parintins; Aeroporto de Carauari; Aeroporto de Coari; Aeroporto de Eirunepé; Aeroporto de São Gabriel da Cachoeira; Aeroporto de Barcelos; Aeroporto de Lábrea e Aeroporto de Maués. Adicionalmente, foi contratada para desenvolver a análise estratégica do Aeroporto da Serra Gaúcha, em Caxias do Sul.

Cabe ressaltar, que em 2023, o Ministério dos Transportes pretende implementar uma série de projetos estratégicos que visam melhorar significativamente a infraestrutura de transporte no país. Entre as iniciativas, destacam-se novos projetos e a revisão de estudos realizados pela extinta EPL atual Infra S.A., objetivando a expansão e modernização de rodovias e ferrovias; e

portos e aeroportos por meio de melhoria da eficiência logística e promoção de desenvolvimento econômico regional.

Um dos pontos de destaque é a revisão das relições com a missão de otimizar o uso dos recursos públicos e promover a transparência e a eficiência nos projetos de infraestrutura de transporte. A revisão visa assegurar que as concessões em andamento e futuras sejam estruturadas de forma a atrair investimentos, garantir a qualidade dos serviços prestados e proporcionar um retorno adequado para o setor privado. Através desse processo de revisão, o Ministério pretende promover a competitividade e a inovação nos processos licitatórios, e, assim, contribuir para o desenvolvimento sustentável do sistema de transporte do país. Esse esforço demonstra o compromisso do governo em assegurar a utilização responsável dos recursos públicos e melhorar a infraestrutura de transporte, beneficiando a população e o desenvolvimento econômico.

GERENCIAMENTO DO DT-E

O Documento Eletrônico de Transporte – DT-e possui o propósito de unificar, reduzir e simplificar dados sobre cadastros, registros, licenças e outras informações de identificação dos modos de transporte: rodoviário, ferroviário, aquaviário, aéreo, intermodal, multimodal e dutoviário.

Essa iniciativa é uma inovação de mercado que segue alinhada ao processo de transformação digital do governo federal com coordenação do Ministério supervisor e participação importante da Infra S.A. no apoio e desenvolvimento técnico do projeto.

ESTUDOS E FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO

A Infra S.A. atua no planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no país por meio da realização de estudos que harmonizam e integram diferentes instrumentos para os níveis de decisão estratégica, tática e operacional. Assim, reduz a probabilidade de conflitos e inconsistências e promove iniciativas, programas ou ações integradas visando a benefícios a sociedade. Ademais desenvolve e mantém

ferramentas de apoio à decisão para a implantação e a gestão de infraestrutura e de transportes, como o Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), um sistema de informações que subsidia a elaboração de estudos, diagnósticos, painéis analíticos gerenciais, portais de dados, visualizadores de mapas e dados espaciais.

METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao fim de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração, conforme consta em Ata da 10ª Reunião Extraordinária, o Plano de Negócios para o exercício 2023. Nele foram estabelecidas metas com relação aos projetos primordiais da estatal. Dentre os quais destacam-se o Plano Nacional de Logística - PNL 2055, o monitora-

mento da execução do projeto FIOL II, a participação da Infra S.A. na modelagem dos projetos do Programa de Concessões e Desestatizações de Ministérios demandantes, a participação em projetos de PPPs aeroportos e a melhoria contínua do Observatório Nacional de Transporte Logística (ONTL).

Recursos para Custeio das Políticas Públicas

Como empresa pública federal dependente, a Infra S.A. recebe recursos financeiros da União para pagamentos de despesas com pessoal e custeio por meio de subvenções do Tesouro Nacional e, para fomentar os gastos com investimentos nas construções das ferrovias, recebe recursos por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que posteriormente são integralizados ao Capital Social.

As atividades operacionais e de investimento da Infra S.A. são desenvolvidas, principalmente, utilizando recursos consignados no orçamento da União, destinados na construção das ferrovias. A alocação de recursos para a Infra S.A. se dá por meio de subvenção da União, para gastos com custeio e pessoal, e pelo aporte da União que se destina, exclusivamente, para gastos com Investimentos - contabilizados no patrimônio

líquido como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

De acordo com Art. 6º do seu Estatuto Social, constituem receitas da Infra S.A. todos aqueles recursos previstos no art. 12 da Lei nº 11.772/2008 e no art. 9º da Lei nº 12.404/2010.

Em 2022 realizou-se a incorporação da EPL pela VALEC, passando a adotar o nome fantasia de Infra S.A. Considerando a arrecadação ocorrida das duas empresas, as receitas próprias atingiram o montante de R\$31,0 milhões, recursos originários principalmente alugueis e arrendamentos, serviços administrativos e comerciais prestados a órgãos públicos e alienação de bens intangíveis.

As principais ações de investimento realizadas pela Infra S.A. são a 124G e 15V3 destinadas a construção de trecho ferroviário com 485 km de extensão entre Caetité/BA e Barreiras/BA e Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354, empreendimento de 2.304km, realizado inicialmente com recursos provenientes de investimento cruzado, em parceria com a VALE S.A. Nestas ações são previstos a execução de obras de engenharia e serviços como desapropriações, compensações ambientais, preservação de sítios arqueológicos, supervisão e gerenciamento.

Envolve também a implementação da Gestão Ambiental do empreendimento, englobando, entre outras, ações mitigadoras e compensatórias das áreas de influência direta e indireta, e o atendimento das licenças ambientais.

No que tange aos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2022, as principais ações realizadas são relacionadas à construção da FIOLE II, com o investimen-

to de R\$ 202,4 milhões empenhados e realizados R\$119,2 milhões até dezembro de 2022.

Para o exercício de 2023, a empresa conta com R\$616,9 milhões em recursos orçamentários para realizar investimentos, dos quais destaca-se o maior volume para a obra FIOLE II - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334, com R\$535,9 milhões.

A construção do referido trecho se coaduna com a previsão constitucional ao proporcionar uma via econômica de escoamento à produção da região, a integração aos demais modais de transporte, bem como a redução de desigualdades com a aplicação direta de recursos na região beneficiada, gerando empregos diretos e o desenvolvimento local.

Foram também realizadas atividades na Ferrovia Norte Sul – FNS, mesmo após subconcessão ocorrida em 2019, com a realização de R\$5,3 milhões considerando RAP e LOA. Os principais gastos correlacionam-se a com compromissos de desapropriação, custas cartorárias, despesas com indenizações, além de despesas com compromissos ambientais (compensação ambiental e plantio compensatório).

Outro ponto importante e que merece destaque são as obras que estão sendo realizadas na FIOLE – Ferrovia de Integração Centro-Oeste através de recursos provenientes do investimento cruzado, realizado pela Vale S.A. Em 2022 foram investidos R\$393,0 milhões no estado de Goiás, com avanço físico de 5,54% no trecho. Para o exercício de 2023 são esperados a realização de R\$241,6 milhões. Está previsto ainda a realização nos anos de 2024 e 2025 R\$3,7 bilhões, alavancando significativamente os investimentos na região de Goiás (GO) e Mato Grosso (MT).

IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Atualmente política pública em que a Infra S.A. está inserida é de Transporte Terrestre e Trânsito, dentre as quais temos a investimentos que estão sendo realizados com recursos OGU nas FIOLE II e FICO, no caso da FICO conta também com recursos de investimento cruzado. Para a FNS, FIOLE I e Transnordestina, apesar de citado no item 3.2, estes são peculiares, uma vez que a FNS e FIOLE I já foram subconcedidas, assim, os investimentos para a realização da política pública já foram realizados, sendo atualmente

realizados pagamentos de desapropriações e compensações ambientais (passivos ainda em curso). Para o caso da Transnordestina, atualmente a Infra S.A., está impedida de realizar investimentos ou aportes de recursos e não há recursos para tal. Os demais apontamentos de políticas públicas, ainda estão na fase embrionária, de estudos e projetos, não possuindo ações de investimento para realizar os objetos, como é o caso da FIOLE III, Ferrovia Transcontinental, FICO 2 e 3.

Tabela de recursos - Transporte Terrestre e Trânsito

Políticas Públicas	Recursos a serem empregados	Origem dos recursos	Recursos empregados	Indicador de resultado
124G Construção da Ferrovia Integração Oeste-Leste	R\$ 535,92	OGU	R\$ 2.575,65	58,88
15V3 Construção da Ferrovia de Integração Centro-Oeste	R\$ 251,89	OGU + INV. CRUZADO	R\$ 397,14	5,56
Totais (em milhões)	R\$ 787,81		R\$ 2.972,80	

GOVERNANÇA CORPORATIVA



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Infra S.A. tem sua atuação primária na área de projetos, estudos, pesquisas, execução de obras e administração e operação de trechos ferroviários. Em cumprimento à função social da empresa,

o portfólio de produtos e serviços ofertado ao mercado tem como premissa o atendimento às necessidades dos clientes, considerada a capacidade de produção da empresa.

O portfólio de projetos da Infra S.A. são os meios para o alcance da missão e visão institucional, dividido em linhas de atuação nas quais se desdobram serviços desenvolvidos e comercializados pela Companhia. A missão, visão e valores da Infra S.A. são, respectivamente:



ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A Política de Gestão de Riscos, Controle e Conformidade no âmbito da Infra S.A. foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 28/04/2021, considerando a 384ª Reunião Ordinária. No dia 28/04/2022 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Manual e Tutorial de Gestão de Riscos e Controles Internos, Resolução Normativa VALEC nº 12/2022/CONSAD/VALEC, considerando a 396ª Reunião Ordinária.

Conforme princípios e diretrizes da política, o principal objetivo do processo de gestão de riscos corporativos é o cumprimento dos objetivos

estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional 2020-2024. Todas as etapas do processo de gestão de riscos, nos termos da CGPAR/ME nº 33/2022 e Estatuto Social da Infra S.A., são conduzidas pela unidade de governança, riscos, controles internos e integridade, em específico Superintendência de Integridade.

A metodologia constante do Manual e Tutorial de Gestão de Riscos e Controles Internos consiste em classificar e organizar os principais eventos da companhia em riscos estratégicos ou riscos táticos:

Riscos estratégicos	Riscos táticos
Os riscos estratégicos são os eventos de riscos que podem impactar no cumprimento das políticas públicas, dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Institucional-PEI 2020-2024 e das atividades fim da estatal, com maior grau de relevância e priorização pela Alta Administração, a fim de garantir a continuidade e perenização da organização.	São os eventos que podem impactar na implementação de programas, planos, iniciativas e atividades essenciais para apoio e consecução dos objetivos estratégicos.

Os principais riscos estratégicos e táticos são os riscos dos quais a organização busca a proteção. O gerenciamento de riscos estratégicos e táticos envolve os principais assuntos com base no Estatuto Social, Planejamento Estratégico Institucional e Plano de Negócios.

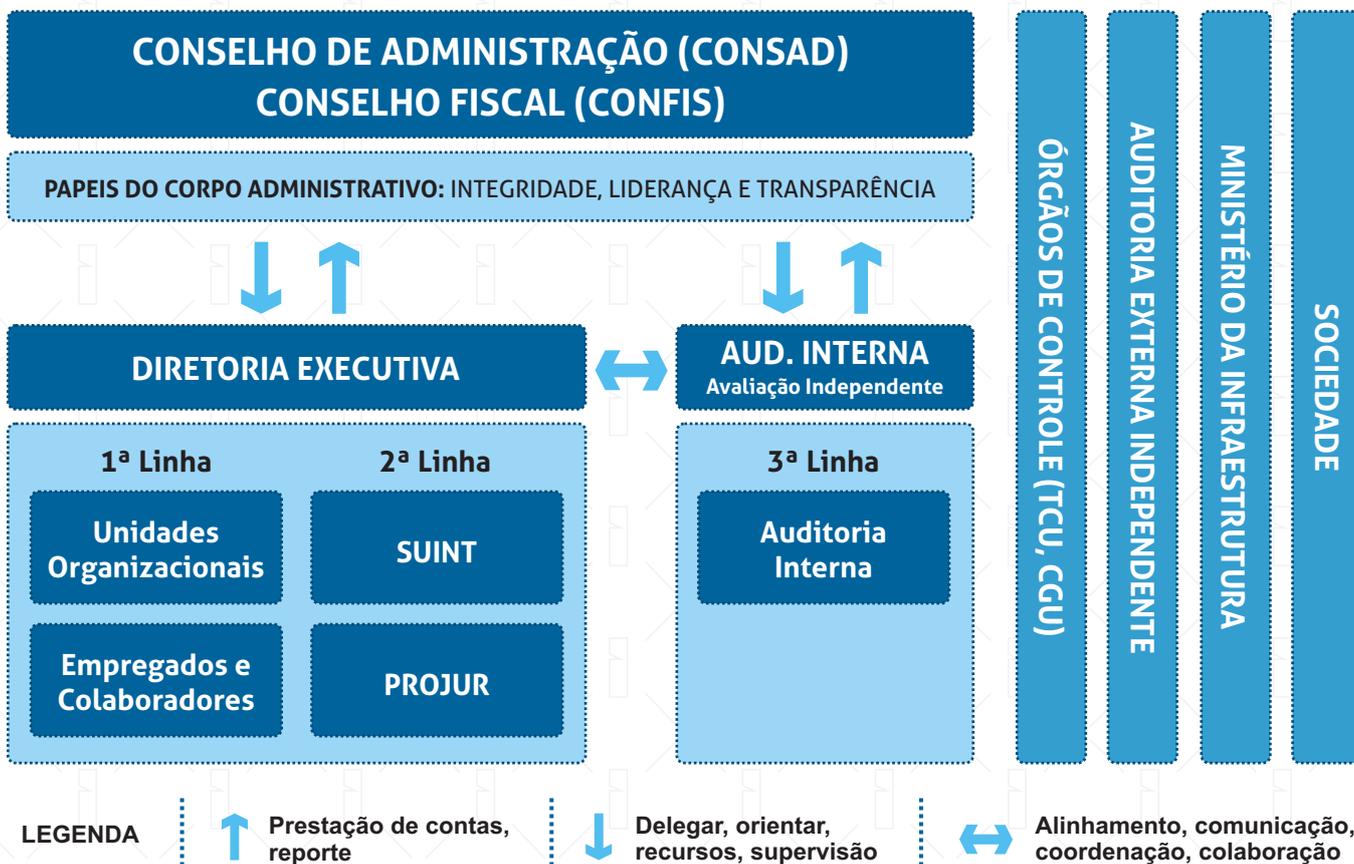
O elemento utilizado para proteção é a implementação de ações e controles internos através de Plano de Tratamento. Conforme metodologia e Matriz de Riscos, todo evento de risco avaliado com nível alto ou extremo, é classificado além do apetite a riscos da organização. Para o evento de

risco avaliado além do apetite a riscos, é necessário a implementação de ações e controles internos para mitigação.

Para todos os riscos estratégicos foram firmados Planos de Tratamento, tendo em vista a Matriz de Riscos. Adicionalmente, os riscos estratégicos e táticos são objeto de monitoramento da Diretoria Executiva-DIREX e Conselho de Administração por meio dos relatórios das oficinas e Relatório de Riscos, Controles Internos e Integridade, emitidos trimestralmente.

No que tange à estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, conforme Figura 2 do Manual e Tutorial de Gestão de Riscos e Controles Internos, Resolução Normativa VALEC nº 12/2022/CONSAD/VALEC, segue o Modelo das Três Linhas (adaptado):

Estrutura de Governança da Infra S.A. (posterior à 30/09/2022)



As principais práticas de controles internos adotadas são: a elaboração ou atualização de políticas, resoluções e normativos; revisão de contratos e acordos; formalização de procedimentos; verificação da previsão do princípio de segregação de funções na análise dos controles internos; e, execução de planos e programas.

Conforme estrutura de gerenciamento de riscos, o processo envolve: a) a unidade de compliance, conformidade, controle interno e gestão de riscos nos termos do Estatuto Social e CGPAR/ME nº 34/2022, neste caso a Superintendência de Integridade - SUINT, segunda linha de defesa; b) a Auditoria Interna, terceira linha de defesa; Comitê de Auditoria - COAUD; Conselho de Administração - CONSAD; Conselho Fiscal; Procuradoria Jurídica; e, unidades organizacionais.

Nos termos do Estatuto Social, trimestralmente é elaborado o Relatório de Riscos, Controles Internos e Integridade. O relatório é o mecanismo de monitoramento dos riscos e supervisão da eficiência dos controles internos pela Diretoria Executiva-DIREX e Conselho de Administração.

O relatório é submetido trimestralmente à Diretoria Executiva para aprovação das informações e, posteriormente, enviado ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. O Conselho Fiscal também realiza o acompanhamento trimestral do processo.

Em comparação com o último exercício social, não houve mudança significativa em relação aos principais riscos estratégicos da companhia. Considerando que foram pactuados planos de ação, para o próximo exercício a expectativa é a

mitigação de parte dos riscos estratégicos.

Depreende-se o significativo avanço no processo de gestão de riscos e controles internos da Infra S.A. Com base no catálogo de riscos, todos os

FATORES DE RISCO

A Matriz de Riscos a nível estratégico da Infra S.A. compreende as políticas públicas e assuntos com objeto de alta relevância, definidos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Com base na Lei 13303/2016, Lei 10520/2002 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos-RILC, a Infra S.A. realiza os processos licitatórios e celebra os contratos com os seus fornecedores. Como fornecedores, destacam-se as construtoras responsáveis pela execução das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL.

Também como fornecedores as empresas prestadoras de serviços e consultoria, neste caso os contratos de supervisão e gerenciamento de obras, assim como elaboração e revisão de projetos de engenharia; e, as empresas prestadoras de serviços comuns.

Para tanto, a Infra S.A. promove o gerenciamento de riscos a nível estratégico com a conformidade dos processos licitatórios de forma assegurar as contratações com vistas à consecução das políticas públicas, considerando o planejamento estratégico e as diretrizes ministério supervisor.

A empresa realiza a gestão contratual com tomada de decisão a nível estratégico, tendo em vista os contratos de grande vulto associados a processos de prorrogação de prazo, repactuações, processos de pagamento, e revisões.

No que tange aos processos judiciais, a empresa realiza o controle e monitoramento periódico dos processos, com metodologia de classificação e controles internos eficazes. Os processos mais relevantes são inclusive monitorados pelos conselhos da estatal, em conjunto com as áreas técnicas correlatas da empresa.

principais riscos estratégicos e táticos se encontram identificados, objeto de gerenciamento e planos de tratamento para melhoria contínua e implementação de controles internos.

Além da execução das obras ferroviárias, a Infra S.A. é responsável pela elaboração do Plano Nacional de Logística - PNL e os respectivos planos setoriais, bem como a condução de processos de concessão nos diversos modos de transportes. No curso da contribuição para cumprimento destas políticas públicas, considerando se tratar de projetos setoriais a nível federal, os projetos prioritários estão susceptíveis à mudanças considerando as questões econômicas, políticas e sociais.

No âmbito das questões socioambientais, a empresa realiza a minimização de riscos com base nos programas ambientais, com ênfase as ações previstas no Plano Básico Ambiental-PBA, acompanhamento e saneamento de passivos.

Todos os empreendimentos de responsabilidade da Infra S.A. são executados considerando os critérios de sustentabilidade, como a atuação proativa, diagnóstica e preditiva, dentre as ações:

- Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P;
- Elaboração do Relatório Anual do Plano de Logística Sustentável - PLS;
- Elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GHG Protocol); e
- Elaboração da estimativa de emissão de Gases de Efeito Estufa da FICO, FIOL e Ferrogrão.

DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

A Infra S.A. é uma empresa pública federal dependente do Tesouro Nacional nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a qual define como estatal dependente a “empresa controlada que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária”.

As Demonstrações Contábeis da Infra S.A., conforme disposto na Lei nº 13.303/16 e Decreto nº 8.945/16, são elaboradas trimestralmente e são auditadas por Auditoria Independente, atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As Demonstrações Contábeis da Infra S.A. podem ser encontradas no seguinte link:

<https://portal.valec.gov.br/a-valec/receitas-e-despesas/demonstracoes-financeiras>

Em 24 de maio de 2022, foi autorizada, por meio do Decreto nº 11.081/2022, a incorporação da Empresa de Planejamento e Logística S.A. pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Em 30 de setembro de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a União votou pela aprovação da referida operação. Assim, a empresa VALEC passou a utilizar o nome fantasia Infra S.A., bem como fez os registros da

incorporação já nas Demonstrações Contábeis do terceiro trimestre de 2022.

Em termos de patrimônio incorporado, é importante salientar que, aproximadamente, R\$ 77 milhões de disponibilidades adentraram os recursos da empresa, dos quais R\$ 71 milhões são oriundos das receitas de serviços prestados e ressarcimentos de estudos e licenças ambientais, considerados recursos próprios da EPL, que podem ser aplicados e/ou utilizados para financiar novos estudos, adquirir bens e financiar despesas de custeio, desde que haja autorização na Lei Orçamentária Anual – LOA. No intangível, destaca-se a entrada de aproximadamente R\$ 109 milhões referente a Estudos e Projetos que promoverão o desenvolvimento da logística e integração nacional. O valor total incorporado ao Capital Social foi de aproximadamente R\$ 161 milhões.

Além da incorporação da EPL, no ano de 2022, destacam-se: o projeto do “Investimento Cruzado”, que somou o montante de R\$ 319 milhões em investimento na Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) e na Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e; cerca de R\$ 308 milhões que foram empregados em Ferrovias com recursos da execução orçamentária da Infra S.A., totalizando R\$ 627 milhões de investimentos realizados nas malhas ferroviárias brasileiras.

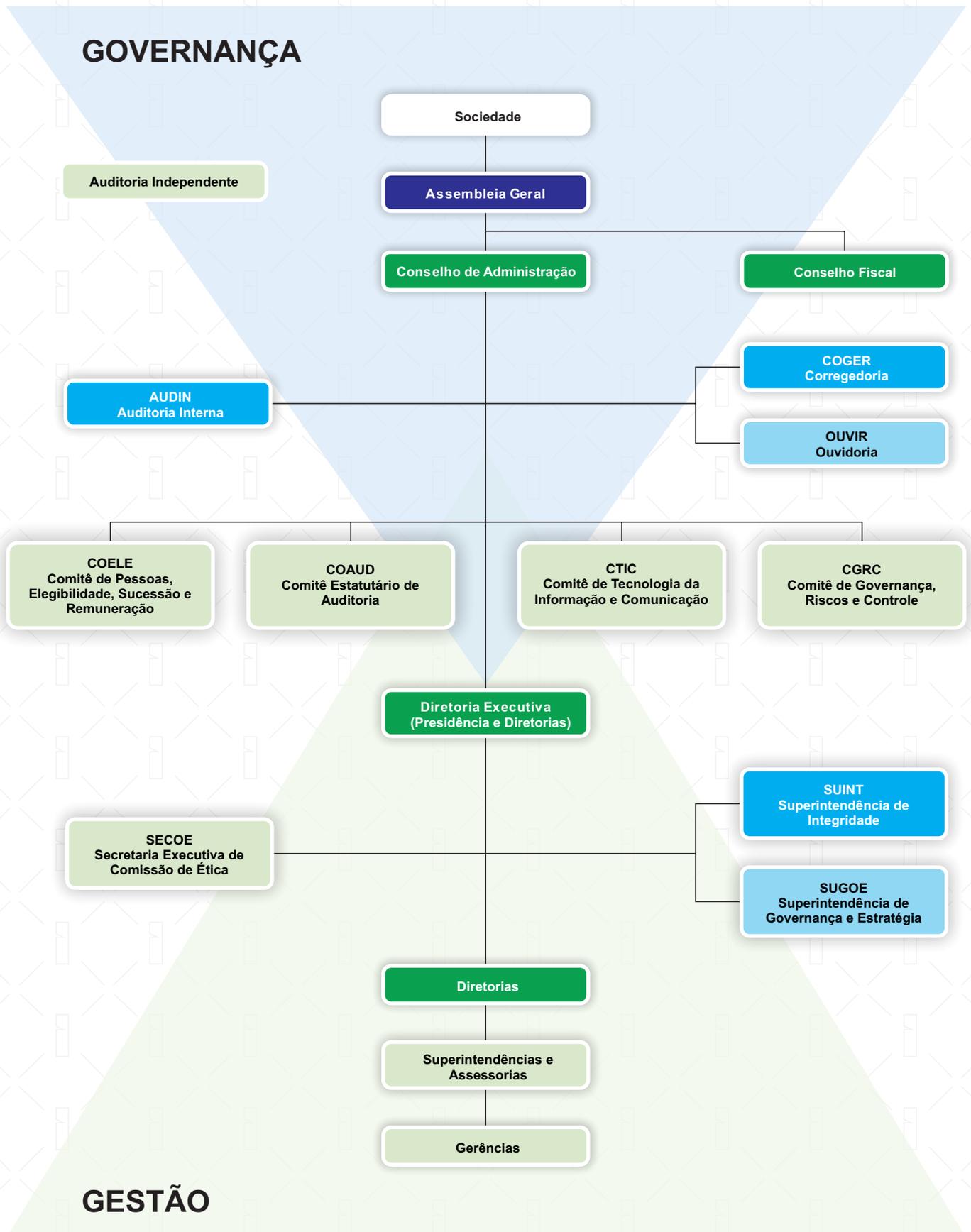
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/2016 trouxe perspectivas otimistas para o fortalecimento da governança, ampliando sua autonomia, a profissionalização da administração e a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, com o estabelecimento de uma série de mecanismos de transparência e governança que devem

ser observados pelas estatais.

Assim, a governança corporativa da empresa é estruturada de forma a propiciar às melhores práticas com foco na melhoria da qualidade da gestão da organização, assegurando lisura e transparência no emprego dos recursos públicos.

Estrutura de governança da Infra S.A.



- Os Comitês de Governança, Riscos e Controle (CGRC) e de Tecnologia da Informação e Comunicação passaram a ser vinculados à Diretoria Executiva (DIREX), antes vinculados ao Conselho de Administração (CONSAD); e
- Houve alteração da nomenclatura da Superintendência de Integridade e da Secretaria Executiva da Comissão de Ética que passaram a se chamar Superintendência de Integridade e Riscos e Secretaria da Comissão de Ética, respectivamente.

Em relação ao índice de avaliação relacionado à Lei 13.303/2016, o IG-SEST, que é um instrumento contínuo da governança das empresas estatais, a empresa alcançou no 6º Ciclo do Indicador de Governança, o Nível de Governança 2, com nota 9,37, ficando entre as 10 primeiras do Nível de Governança 2, com um acréscimo de 0,49 (+5,64%) em sua pontuação comparativamente à nota do último ciclo.

Cabe destacar, também, que a Infra S.A. recebeu o Certificado de Boas Práticas em referência ao 2º lugar no ranking do Tesouro Nacional, em 25/8/2022, quando participou do XII Encontro de Gestão de Custos do Setor Público. O encontro teve por objetivo compartilhar experiências de modelos de gerenciamento de custos e apresentar inovações que buscaram fortalecer o sistema de custos como instrumento de gestão.

Adicionalmente, ressalta-se o Plano Anual de Integridade 2021/2022 com suas ações concluídas em um percentual de aproximadamente 84%. Esse Plano contou com um conjunto de ações destinadas a prevenir, detectar e remediar atos de fraudes, irregularidades e desvios de conduta, com ações que visaram o tratamento dos riscos identificados, ações de capacitação e comunicação afetas ao tema, bem como ações de monitoramento contínuo às ações do Plano.

Importante destacar algumas relevantes entregas que foram realizadas pela execução das ações do Plano Anual de Integridade 2021/2022, a saber: Aprovação da Norma que regula os serviços de atendimento ao usuário feitos pela Ouvidoria e SIC - RESOLUÇÃO NORMATIVA VALEC Nº 9/2022/CONSAD-VALEC, de 29/04/2022; Aprovação da Norma que dispõe sobre o recebimento, tratamento e tramitação de denúncias no âmbito da empresa - RESOLUÇÃO NORMATIVA VALEC Nº 10/2022/CONSAD-VALEC, de 29/04/2022; Aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas - RESOLUÇÃO NORMATIVA VALEC Nº 11/2022/CONSAD-VALEC, de 11/05/2022; e Aprovação do Manual e do Tutorial de Gestão de Riscos - RESOLUÇÃO NORMATIVA VALEC Nº 12/2022/CONSAD-VALEC, de 23/05/2022.

Desse modo, o Plano representou mais um passo significativo na consolidação dos princípios de governança e firmou o compromisso institucional com a promoção de suas entregas com integridade, assumindo seu dever de agir e de se reportar, de forma transparente e objetiva, e contribuiu não só para a melhoria no ambiente organizacional e para o fortalecimento da cultura de integridade institucional, mas também para o aperfeiçoamento na gestão dos recursos públicos.

Por fim, cabe salientar que a empresa possui o Código de Ética que estabelece os comportamentos entre a empresa e seus colaboradores, pautando-se nos princípios da legalidade, eficiência, impessoalidade, publicidade, moralidade, autenticidade, cordialidade e integridade, bem como o Código de Conduta e Integridade, que orienta os empregados e terceiros sobre a conduta e o cumprimento das regras de integridade no âmbito da estatal, estando, também, em fase de aprovação pelas instâncias superiores, a Política de Integridade.

DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal da Infra S.A. segue diretrizes definidas pela SEST, com previsão de implementação de programa de remuneração variável. A remuneração dos empregados é fixa e prevista no Plano de Cargos e Salários, aprovado pelo Conselho de Administração.

A remuneração dos diretores é fixa e corresponde a 12 honorários mensais, além dos benefícios com alimentação, reembolso de plano de saúde, férias anuais e encargos sociais. Os conselheiros de administração e fiscal recebem 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios.

Dessa forma, a Assembleia Geral fixou na 34ª Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2022 a remuneração bruta dos administradores e

conselheiros fiscais para o período abril/2022 a março/2023 em até R\$ 2.258.836,34 (dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos) montante global a ser pago aos administradores, conforme a Nota Técnica SEI nº 14823/2022/ME, sendo R\$ 26.242,77, para o cargo de Diretor-Presidente e R\$ 26.008,44 para os demais diretores; já para os conselhos de Administração e Fiscal, foi aprovado o valor de R\$ 2606,70 referente a remuneração mensal, posteriormente, em atendimento ao disposto no Decreto nº 11.081 de 24 de maio de 2022, a Empresa de Planejamento e Logística – EPL foi incorporada pela VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, resultando na empresa Infra S.A., nos termos da 79ª Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2022, mantendo os valores aprovados na 34ª AGO.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL - RVA

O Programa tem por objetivo estabelecer as diretrizes da Remuneração Variável Anual - RVA dos Dirigentes visando o cumprimento das metas e resultados do plano de negócios e da estratégia da empresa de longo prazo pactuados com o Conselho de Administração.

A distribuição da RVA 2022 obedece ao alcance de indicadores definidos pelo Conselho de Administração nas dimensões: econômico-financeira; política pública; e governança, conformidade e transparência.

O Programa contempla Diretores e Diretor-Presidente, sendo que o valor a ser pago corresponde a 1 honorário em caso de cumprimento de metas, podendo alcançar 1,5 honorários caso haja extrapolação de metas, conforme régua de pagamento definida em conformidade com orientações da Sest.

Atualmente o programa RVA 2022 se encontra em fase de ajustes após recomendações feitas pela Sest, para posterior submissão do Programa à esta Secretaria.



www.infrasa.gov.br

institucional@infrasa.gov.br

